



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE BIOLOGIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR JOVENS ALUNOS E A RESPONSABILIDADE DO
PROFESSOR

ELABORADO POR:

ANNA BEATRIZ DE SÃO PEDRO BATISTA

ORIENTADOR:

Prof Dr. LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

SEROPÉDICA – 2016

ANNA BEATRIZ DE SÃO PEDRO BATISTA

Prof. Dr^a LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR JOVENS ALUNOS E A RESPONSABILIDADE DO
PROFESSOR

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciado em Ciências
Biológicas do Instituto de Biologia da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.

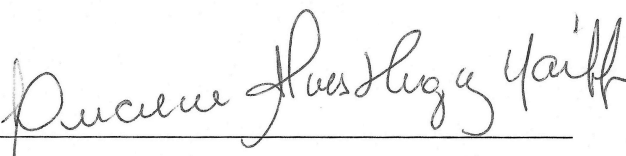
DEZEMBRO – 2016

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR JOVENS ALUNOS E A RESPONSABILIDADE DO
PROFESSOR

ANNA BEATRIZ DE SÃO PEDRO BATISTA

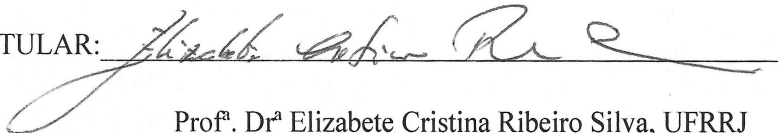
BANCA EXAMINADORA:

PRESIDENTE/ORIENTADOR:



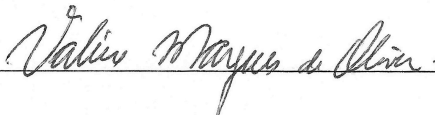
Prof. Dr^a. Luciene Alves Miguez Naiff, UFRRJ

MEMBRO TITULAR:



Prof^a. Dr^a Elizabete Cristina Ribeiro Silva, UFRRJ

MEMBRO TITULAR:



Prof^a. Dr^a. Valéria Marques, UFRRJ

MEMBRO SUPLENTE:

Prof. Dr Ildemar Ferreira, UFRRJ

Agradecimentos

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Especialmente minha mãe, Sara, porque seu cuidado e apoio foi o que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir.

Aos meus irmãos, Fernando, Philipe e Anna, por se esforçarem para entender todas as vezes que precisei estar ausente, toda vez que pedi silêncio para estudar, e por todo amor e todos os abraços carinhosos.

Ao meu namorado Anderson, por toda ajuda e todo apoio quando eu desanimei, pelo carinho e amor e por estar comigo. Por me fazer feliz.

Aos amigos e colegas que fiz na Rural, pelo incentivo e apoio constantes, especialmente a Thaisa que fez da universidade um lugar melhor.

A minha orientadora Luciene, a qual suas aulas de Psicologia das relações humanas me inspiraram a definir o tema desse projeto, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

E ao curso de Ciências Biológicas da UFRRJ, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. Pelas experiências, pelos bons professores, por proporcionar a melhor experiência da minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho é resultado de estudo acerca do tema violência sofrida por jovens (crianças e adolescentes) em dois lugares mais freqüentados por esses jovens, sua própria casa e a escola. Sendo o objetivo entender a definição de violência e suas causas para então compreender os principais tipos de violência que afetam a vida desses jovens e então discursar sobre a responsabilidade do professor - sendo esse um importante agente de mudança na vida desse jovem - ao perceber sinais desses tipos de violência, incluindo tanto os projetos atuais de prevenção de violência na escola quanto a obrigatoriedade de comunicação a autoridades competentes ao se perceber sintomas de violência garantida pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Considera-se aqui que tanto os projetos de prevenção quanto a obrigatoriedade de notificação de violência são - ainda que sejam de responsabilidade do professor e da escola - ainda são muitas vezes desconhecidos, pouco divulgados e não recebem a importância necessária para que haja mudanças na vida desses jovens.

Palavras-chave: violência escolar; violência doméstica; violência infantil.

ABSTRACT

This work is the result of a study about the violence suffered by young people (children and adolescents) in two places most frequented by these young people, at their own home and school. The objective is to understand the definition of violence and its causes in order to understand the main types of violence that affect the lives of these young people and then to talk about the responsibility of the teacher - being an important agent of change in the life of this young person - perceiving signs of this types of violence, including both the current projects of violence prevention in the school and the obligation of communication to competent authorities when perceiving symptoms of violence assured by the Child and Adolescent Statute. It is considered here that both prevention projects and mandatory reporting of violence are - although they are the responsibility of the teacher and the school - are still often unknown, little publicized and do not receive the importance necessary for a life change at the life of this young persons.

Keywords: school violence; domestic violence; child abuse.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
SUMÁRIO	vii
1. Introdução.....	1
2. Material e Métodos.....	2
3. Resultados e Discussão.....	3
3.1 Definições de violência	3
3.2 Fatores que levam a violência	5
3.3 Tipos de violência	11
3.3.1 Violência doméstica juvenil	14
3.3.1.a. Violência física.....	14
3.3.1.b. Violência sexual.....	14
3.3.1.c. Violência psicológica.....	15
3.3.1.d. Negligência.....	15
3.3.2 Violência escolar.....	16
3.3.2.a. Violência física	16
3.3.2.b. Violência verbal.....	17
3.3.2.c. Violência psicológica.....	18
3.3.2.d. Violência estrutural.....	18
3.3.2.e. Violência sócio-econômica	18
3.3.2.f. Violência institucional.....	19

3.3.2.g. Bullying e Cyberbullying	19
3.4 Responsabilidades do professor.....	20
4. Considerações Finais.....	25
5. Referências Bibliográficas.....	27

1. Introdução

Esta monografia tem por objetivo o estudo dos tipos de violência que acometem os jovens (crianças e adolescentes) em dois dos ambientes mais frequentados por esses, a escola e sua própria casa, e da responsabilidade dos professores com esses tipos de violência, sendo eles parte dos principais adultos presentes na vida desses jovens. A escola também é, assim como a sociedade como um todo, responsável por garantir o bem estar dos jovens que são uma das principais parcelas da sociedade suscetíveis a vários tipos de violência e vulnerabilidades.

Assim, através de revisão bibliográfica sobre o tema pretende-se fazer um breve estudo bibliográfico que nos leve a refletir acerca da violência e suas características.

Primeiramente tratando do conceito de violência, que é incerto, e de suas características. Em segundo lugar tratando dos fatores que levam a violência, sendo esses inclusive usados em algumas propostas de prevenção a violência escolar.

Então serão mostrados os tipos de violência, suas subdivisões e quais desses tipos estão presentes nas escolas e nas residências dos alunos.

Por último pretende-se discutir a responsabilidade dos professores acerca do tema, incluindo a obrigatoriedade de denúncia por parte do Estatuto da Criança e do Adolescente e propostas atuais para prevenção de violências na escola.

2. Material e métodos

O presente trabalho foi pesquisado em bases de dados como scielo, pepsic e BVS psi, para procurar artigos sobre o tema utilizando como palavras chaves violência, violência juvenil, violência escolar, violência física infantil, violência psicológica infantil, negligência, violência sexual infantil, propostas de prevenção a violência. Os artigos foram selecionados a partir do título, ocorrendo então uma leitura do resumo. Nos artigos selecionados pelo resumo ocorreu uma leitura rápida para decidir se o conteúdo se encaixava ao tema, e nos casos positivos a leitura completa do artigo. Foram selecionados 40 textos, entre artigos e capítulos de livros.

A metodologia constituiu-se de análise da literatura sobre o tema, compreendendo textos acadêmicos pesquisados nas bases citadas anteriormente.

3. Resultados e discussão

3.1 Definições de violência

Como diz Bonamigo (2008, p. 205), em sua definição de violência: “A palavra origina-se do latim *violentia* que remete a vis e significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física. Significa também quantidade, abundância, essência e força em ação”. Assim também diz Pontel (2013) que usa a mesma definição e ainda nos diz que essa força só é considerada violência quando passa do aceitável e perturba regras sociais ou ordem. A violência também pode ser definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (DAHLBERG, KRUG 2002, p. 5)

O que relaciona a violência à intenção de praticá-la, pois diz ser o uso intencional de força física ou poder. Ou seja, a violência pode ser vista como a intenção de causar dano utilizando de força contra o alvo. Mas, a ideia de violência também varia de lugar e época e a percepção do limite que caracteriza o ato como violento, podendo ser uma percepção histórica ou cultural. Sua definição depende de critérios institucionais, jurídicos, sociais e pessoais (BONAMIGO, 2008). Dahlberg e Krug (2002) ainda completam que o uso de força física ou do poder inclui negligência e todo tipo de abuso físico, sexual e psicológico, além de auto-abusos.

Segundo Abramovay (2006, p. 53), para pensar um conceito de violência é necessário cautela, porque ela é algo dinâmico e mutável: “Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam”, dependendo do momento histórico, localidade, contexto cultural entre outros fatores que o tornam dinâmico. Ristum (2010) diz que o conceito de violência na literatura existe em diferentes formas, tornando difícil o uso por outros pesquisadores.

Para além de sua definição, a violência possui algumas características próprias, segundo o texto *Violência: Orientações para Profissionais de Atenção Básica de Saúde* da Fundação Oswaldo Cruz:

a) É um fato humano e social: pois existe em todas as sociedades, embora umas sejam mais violentas que outras; b) É histórica: pois em cada sociedade apresenta-se de formas particulares dependendo da época. Entretanto, há formas de violência que persistem no tempo e se estendem por quase todas as sociedades; c) Abrange todas as classes e os segmentos sociais: embora algumas de suas expressões sejam mais típicas dos pobres e outras, das classes média e rica; d) Está dentro de cada um de nós: mesmo que sempre pensemos que o violento é o outro. (TOLEDO; SABROZA, 2013, p. 4):

Por essas características podemos ver porque existe uma dificuldade tão grande em livrar a sociedade da violência, ela está intimamente ligada à história e evolução da humanidade e é muitas vezes vista como natural e parte inseparável da sociedade, podendo ser no máximo diminuída, tão aceita como integrante do comportamento humano ainda que seja negada a si próprio e vista somente no outro. Ainda que segundo outros autores, como Minayo (2009), a agressividade seja parte do ser humano e a violência não, sendo essa externa. Sobre isso ela nos diz que, apesar das muitas definições, a agressividade é um impulso nato, essencial a sobrevivência, defesa e adaptação dos seres humanos, além de dizer que sua transformação em violência é um processo social e psicossocial com contribuição de circunstâncias sociais, ambiente cultural, formas de relação primárias e comunitárias e ainda as individualidades do sujeito. Assim a agressividade faz parte do indivíduo e é necessária para os seres humanos, enquanto a violência, em geral vista como normal, na verdade pode e deve ser evitada.

Nelson e Trainor (2007, p. 536, tradução nossa) nos dizem que “Agressão é um comportamento social complexo que evoluiu no contexto de defesa ou de obtenção de recursos. Embora alguns recursos de agressão sejam espécie-específica, existem grandes semelhanças entre espécies”. Dahlberg e Krug (2002) dizem sobre a violência que:

Apesar de a violência sempre ter estado presente, o mundo não tem de aceitá-la como parte inevitável da condição humana. Desde que a violência existe, também existem sistemas – religiosos, filosóficos, legais e comunais – que se desenvolveram para evitá-la ou restringi-la. Nenhum deles foi totalmente bem sucedido, mas todos deram sua contribuição para esse marco definidor da civilização. (DAHLBERG e KRUG, 2002, p.3)

Charlot (2002) distingue agressividade de agressão, sendo essa primeira uma resposta a frustração e a segunda um ato brutal, o ato de ir até alguém e atacá-lo física ou verbalmente, e como a violência remete ao uso da força ou poder, então, toda agressão é violência de algum modo. O autor nos diz também que não se pode acreditar que é possível extinguindo a agressividade extinguir também a agressão. Também não

seria desejável que isso acontecesse, já que a agressividade é valorizada em várias outras formas que não levam à agressão, como nos esportes.

3.2 Fatores que levam à violência

Muitos estudos tentam entender as bases da violência, suas causas para saber como evitá-la. Em um estudo mais aprofundado podemos ver que não existe um único motivo que defina a existência ou não da violência, mas sim um conjunto de fatores biológicos, psicológicos e sociais que podem facilitar seu aparecimento. Falaremos um pouco sobre cada um desses fatores, mas sem que haja um real aprofundamento em cada um, para entender o que leva, ou pode levar, a violência a ser praticada. Começaremos pela abordagem biológica, que é a mais controversa e por diversas vezes vista de forma inadequada por alguns autores por poder sugerir que tudo que o indivíduo é, é definido por sua biologia. Porém, Queirós (1997), ao discorrer a relação entre os fatores responsáveis pela violência, alega sobre o ser humano que “ao considerá-lo como um sistema biopsicossocial, realça não só a existência dos níveis biológico, psicológico e social, separadamente, mas também a articulação e comunicação entre eles”, e também que as explicações biológicas geram rejeição baseado em que seria difícil alterar o que é determinado biologicamente. Desde muito antigamente se procuram características biológicas para justificar o comportamento violento ou criminoso, desde sinais físicos, como diferenças em partes do corpo, até psíquicos, dizendo-se inclusive que o criminoso seria uma regressão ao homem primitivo. Como nenhum atributo sozinho poderia explicar voltou-se a considerar “não enquanto dado isolado, mas integradas noutras perspectivas e essencialmente em articulação com o actual paradigma científico.” (QUEIRÓS, 1997).

Muitas vezes as pesquisas sobre fatores biológicos são ligados à agressividade e não à violência, já que a agressividade é inata ao ser humano e pode se transformar em violência ao ser relacionada a outros fatores. Uma das dificuldades da pesquisa sobre agressividade é descrita por Miczek et al. (2007) no trecho:

Para ser clinicamente relevante, sistemas de modelos experimentais para o comportamento agressivo precisam ser válidos, e este desenvolvimento cristaliza um dilema ético central da pesquisa sobre agressão, ou seja, danos e prejuízo. Dois princípios de compensação governam essa pesquisa: validade aparente é alcançada quando o comportamento é potencialmente nocivo e prejudicial, mas, ao mesmo tempo, cada diretriz de investigação ética enfatiza a redução e

prevenção do risco de ser prejudicado ou ferido. Cada pergunta de pesquisa e protocolo precisa sondar quanto dano e prejuízo é necessário ou aceitável para gerar informações cientificamente válidas que podem ser traduzidas em preocupações do sistema público de saúde. Embora essa discussão se concentre principalmente em mamíferos, é pertinente a todas as espécies. (MICZEK ET AL., 2007, p. 11804, tradução nossa)

Nessa mesma pesquisa os níveis de serotonina são indicados como um dos mecanismos de violência, como vemos em “serotonina cerebral (5-HT) tem sido implicada nos mecanismos neurobiológicos de agressão e violência mais do que qualquer outra molécula no cérebro”. Miczek et al. (2007, p. 11804, tradução nossa) também afirmam que “Dados recentes confirmam os níveis mais baixos de liberação de 5-HT no núcleo accumbens e no córtex pré-frontal (CPF) em ratos com extensas experiências de comportamento agressivo.”. Então, pessoas com baixos níveis de serotonina tendem a comportamentos mais agressivos.

Em seres humanos a agressão se divide em dois grupos, subtipo controlado-instrumental e reativo-impulsivo, sendo a segunda geralmente associada à raiva enquanto a instrumental é intencional e orientada. Situações agressivas cotidianas são reativas, repentinas, e são a maioria, enquanto incidentes maiores, como genocídios, são agressão instrumental, e controlado por sistemas diferentes dos que controlam a agressividade impulsiva (NELSON, TRAINOR, 2007).

Ballone e Moura (2005) separam pesquisas sobre os fatores biológicos em quatro categorias e nos dão exemplos de estudos feitos nessas categorias: 1) fatores genéticos: na qual eles nos mostram que em estudos genéticos sobre comportamento violento em gêmeos chegou-se à conclusão que se encontra maior correlação de atos violentos entre irmãos gêmeos do que não gêmeos. “Comparando a concordância de comportamento entre gêmeos monozigóticos e dizigóticos, os monozigóticos apresentam o dobro de correlações no comportamento criminoso, sugerindo a existência de fatores genéticos atrelados ao crime.” (BALLONE, MOURA, 2005), e para provar que não são os acontecimentos em comum da vida dos indivíduos que moldaram esse comportamento foram feitos estudos de adoção, utilizando indivíduos que não haviam conhecido seus pais biológicos além de outros que não sabiam serem filhos adotivos, para separar os efeitos genéticos dos ambientais, comprovando uma correlação entre atos criminosos dos pais biológicos e dos filhos, ainda que criados por outras famílias,

além de maior correlação com a mãe biológica do que com o pai, considerando-se então que isso pode indicar a transmissão associada ao cromossomo X; 2) fatores bioquímicos: a parte onde se procura entender a correlação entre violência e o nível de algumas substâncias, como o colesterol, a glicose, hormônios e alguns neurotransmissores, nas quais já foi tentado correlacionar baixos níveis de glicose e de colesterol, assim como a correlação do álcool com esses, a atos violentos, descobrindo-se que “Fisiologicamente se demonstra que, de fato, o álcool diminui o açúcar na corrente sanguínea por inibição da produção de glicose hepática. Deste modo, o álcool ao fazer diminuir a quantidade de açúcar no sangue pode ser apontado como um fator facilitador do crime.” (BALLONE, MOURA, 2005), além do colesterol, onde pessoas com menor nível de colesterol tendem a ser mais agressivas quando bebem do que pessoas com maior nível de colesterol, entre os hormônios estariam citados ainda a testosterona, com alguns resultados ainda imprecisos, e em substâncias neuroquímicas “a serotonina, que existiria em menor quantidade, e o ácido fenilacético e a norepinefrina, que existiriam em maior quantidade nos criminosos.”; 3) fatores neurológicos: nas quais se vê que o lobo frontal regula e inibe comportamentos, intencionalidade, e comportamentos complexos, então alterações nele causam dificuldade de atenção, concentração e motivação, aumento de impulsividade e desinibição, perda de auto controle, dificuldade em reconhecer a culpa, desinibição sexual, dificuldade de avaliação das conseqüências dos próprios atos, aumento da agressividade e a da sensibilidade a álcool, que é correlacionada ao aumento do comportamento criminoso, além de incapacidade de aprender com experiências passadas, e os lobos temporais regulam a vida emocional, sentimentos e instintos, então alterações nesses lobos causam conseqüências no comportamento do indivíduo, sendo que algumas dessas podem levar a um comportamento violento; 4) psicofisiológicos: onde vemos que trabalhos com crianças e adolescentes demonstram maior ativação do sistema nervoso em indivíduos com comportamento violento, apesar de alguns estudos que demonstraram menor ativação cardiovascular e eletrodérmica em adolescentes criminosos.

Muitos estudos são feitos em ratos e até em invertebrados, como moscas da fruta, extrapolando os resultados para seres humanos, porque, ainda que os fatores biológicos não possam explicar a violência como um todo, tem uma determinada influência na ação, por exemplo, Nelson e Trainor (2007, p. 541-542) citam, além da serotonina, a Monoamina oxidase A (MAOA), que é uma enzima metabólica que afeta a

agressão ao alterar os níveis de neurotransmissores, como a serotonina e a noradrenalina. A deficiência de MAOA causada por mutação no gene é correlacionada à agressão impulsiva em machos, assim como a supressão proposital desse gene em ratos. Apesar de não ser claro se é causada pela alteração do nível de serotonina ou noradrenalina. Ainda que essa mutação genética seja rara, os níveis de MAOA flutuam entre a população normal. Queirós (1997), sobre os mesmos experimentos citados por Ballone e Moura, ainda comenta que se pode “[...] concluir que existe um factor transmitido geneticamente que aumentaria a susceptibilidade da criança apresentar comportamentos criminosos, podendo esta susceptibilidade ser concretizada se as condições ambientais lhe forem favoráveis.”, e também diz que sobre os fatores bioquímicos

[...] parece poder dizer-se que existem de facto alterações bioquímicas que constituiriam um fundo biológico que desencadearia comportamentos criminosos, dependendo estes contudo da associação deste nível com outros factores como a ingestão de álcool. (QUEIRÓS, 1997, p.

Nelson e Trainor (2007, p. 538, tradução nossa) também comentam que “Nos seres humanos, muitos estudos têm relatado uma ligação entre danos cerebrais no córtex frontal e aumento de comportamento agressivo.”.

Parte das dificuldades em aceitar fatores biológicos como influência no comportamento violento vem do questionamento de porque não impedir essa alteração, seja bioquímica, física ou neurológica, para prevenir que esse indivíduo exerça essa violência. Se somente os fatores biológicos fossem responsáveis se inventariam então formas de prevenção, porém como já dito por Queirós (1997), os seres humanos são biopsicossociais, dependendo então de mais do que uma simples cirurgia ou tomada de medicamento para moldar seu comportamento. Assim como nos disse também que “[...] é rejeitada a ideia do nível biológico como único e principal determinante do comportamento, vendo este como alvo de influências de múltiplos níveis em interação.” e ainda “Deste modo, a perspectiva biológica utilizada pelos vários estudos descritos pode ser considerada como uma «biologia das causas», que tenta ver os produtos por si e não como manifestação de processos desconhecidos” (QUEIRÓS, 1997).

Garrido (2006) aponta alguns fatores sociais da criminalidade, sendo esse o exercício de um dos tipos de violência, são eles: sistema econômico, com exploração de trabalhadores de baixa renda, desemprego, crises, inflação, exploração da economia popular etc. que pode levar indivíduos ao crime; pobreza, que de forma indireta, deixa os indivíduos sem acesso a educação de qualidade, sem formação moral adequada, e esses se revoltam contra os que possuem bens; miséria, na qual estão as pessoas com mínimas condições de sobrevivência e podem decidir por um comportamento criminoso; má vivência, que é a vadiagem, indivíduos sem lar, sem emprego, podem tender a pequenos atos delinquentes; fome e desnutrição, falta do que comer no dia a dia, que pode levar a prática de delitos; civilização, cultura, educação e analfabetismo, sendo esses fatores mais pertencentes a classe baixa, detendo essa maior criminalidade que as classes média e alta, já que a educação pode - mas não necessariamente faz sempre - auxiliar bom comportamento; casa, sendo esse o lar do indivíduo que muitas vezes pode expor exemplos de maldade, falta de valores morais; rua, que possui maus exemplos, criando marginalização; desemprego e subemprego, indireta ou diretamente, influenciando delitos; profissões, porque algumas podem favorecer determinados tipos de delito; guerra, que diminuiu o nível moral da população pela constante presença de ansiedade, tensão e medo; urbanização e densidade demográfica, porque nas áreas urbanas tem um número maior de bens valiosos; industrialização que causa marginalização de pessoas que não atendem as condições de emprego; migração e imigração que causam convívio de indivíduos com valores e costumes diferentes, o que pode gerar conflitos, além da alteração no mercado de trabalho que provoca aumento da pobreza; política, porque a organização política do país interfere em casos de crimes como terrorismo, sequestro político, entre outros, além de crimes do próprio governo contra os cidadãos, e do mau exemplo dado ao povo por políticos corruptos, que acaba seguindo as mesmas atitudes do governo por não ver as leis sendo efetivas. Nelson e Trainor (2007) dizem que abuso em crianças com baixa atividade MAOA tende a gerar maior comportamento anti-social e agressivo, como é mostrado em estudos que tentam relacionar fatores genéticos e ambientais. Sendo assim muitos dos fatores biológicos que influenciam na agressão dependem também de estímulos ambientais e os maus tratos em crianças são fatores de risco para o comportamento anti-social e mesmo que esse abuso seja punitivo corre o risco de causar transtornos que podem levar a violência. Ainda que quanto mais cedo esses abusos ocorram maiores as chances de desenvolvimento desses transtornos, e que aumenta em 50% o risco de criminalidade, embora a maioria dessas vítimas não se torne delinquentes por motivos ainda

desconhecidos, mas podendo depender de susceptibilidade genética, como as variações de MAOA já citadas aqui anteriormente. Ou seja, novamente vemos uma ligação entre um ou mais fatores (biológicos, sociais e psicológicos) que podem levar a violência. Dahlberg e Krug (2002, p. 3) dizem que tanto os fatores biológicos quanto outros individuais explicam algumas predisposições a agressão e “é mais frequente que esses fatores interajam com fatores familiares, comunitários, culturais e outros fatores externos para, assim, criar uma situação propícia à violência.”.

Dentre os fatores sociais estão também os abusos sofridos pelas crianças muitas vezes dentro das próprias casas. Caspi et al. (2002, p. 851, tradução nossa) em seu trabalho sobre a relação de MAOA (monoamina-oxidase A) e violência dizem que “Maus tratos na infância é um fator de risco universal para o comportamento anti-social” e que “Quanto mais cedo as crianças experimentam maus tratos, mais provável é que elas desenvolvam esses problemas.”, enquanto ainda relacionam esse ao fator biológico ao dizerem que a razão na variabilidade da resposta aos maus tratos é desconhecida mas que pode depender de fatores genéticos (no caso os níveis de MAOA).

Farrington (2002) aponta como fatores de risco, considerados aqui sociais, para a violência vir de uma família de baixa condição socioeconômica, além de indicar outros fatores como família numerosa, mães muito jovens, e também morar em áreas urbanas mais do que em zonas rurais e morar em bairros considerados violentos. Na família ainda inclui pais agressivos, até mesmo disciplina severa, pouca supervisão e conflito entre os pais, pai ausente. E ainda amizades delinquentes apesar de apontar não estar claro até que ponto essa influência ocorre.

Mercy et al. (2002, p. 33-37), falando sobre violência juvenil, mostram diversos fatores sociais que levam a violência entre jovens. Entre eles as mudanças demográficas e sociais, como as que aumentam a pobreza, como vemos no trecho “[...] o rápido crescimento demográfico, somado à acelerada urbanização, criava condições que incluíam desemprego e habitações impróprias que, por sua vez, levavam à frustração extrema, à raiva e a tensões entre os jovens.”, má distribuição de renda que está ligada aos índices de homicídio, estruturas políticas onde incluem a coibição a violência pelas leis e proteção social pelo Estado, influências culturais onde apontam “[...] endossar a violência como um método normal de resolver conflitos e ao ensinar os jovens a adotarem normas e valores que apóiam o comportamento violento.” e a mídia que aumenta a exposição de crianças e adolescentes a violência ao dizerem que “A grande

maioria das evidências atuais indica que a exposição à violência exibida na televisão aumenta a probabilidade de um comportamento agressivo e, em longo prazo, tem um efeito desconhecido sobre a violência grave.”, mas ressaltando que não se tem evidências suficientes sobre o impacto de formas mais recentes de mídia, tendo, as culturas que não oferecem alternativas não violentas para resoluções de conflitos, maiores níveis de violência juvenil. Além de também dizerem que “O monitoramento e a supervisão, deficientes em relação à criança por parte dos pais, e o uso de punições físicas severas para disciplinar as crianças são fortes prognósticos de violência durante a adolescência e fase adulta.” E também de citarem estudos que apontam outros fatores familiares, como conflitos familiares na infância, pouca afetividade, número alto de filhos, a mãe ter tido filho ainda jovem, e baixa coesão familiar, lar com somente um dos pais, separação dos pais antes dos 10 anos, família em situação de pobreza, que sem um apoio social podem afetar o comportamento das crianças.

Sobre os fatores psicológicos que levam a violência temos Farrington (2002, p. 25-57) que, em seu capítulo Fatores de risco para a violência juvenil, cita estudos que comprovam que características como hiperatividade, impulsividade, problemas de atenção, controle comportamental deficiente, baixa inteligência e desempenho escolar ruim, e tendência a ser expor a riscos, enquanto diz que nervosismo e ansiedade estão correlacionados negativamente. O autor também diz que “impulsividade, os problemas de atenção e o baixo desempenho podem ser associados a deficiências nas funções executivas do cérebro, localizadas nos lobos frontais.” (p. 33) Sendo que essas funções mantêm atenção e concentração, raciocínio abstrato, formulação de objetivos, auto-monitoramento e inibição de comportamentos inadequados ou impulsivos, entre outros. E como já dito anteriormente, Ballone e Moura (2005) citam também problemas no lobo frontal a comportamentos violentos, além de incluir também problemas nos lobos temporais, e fala sobre as funções dos dois em “O Lobo Frontal se relaciona à regulação e inibição de comportamentos, a formação de planos e intenções. O Lobo Temporal regula a vida emocional, sentimentos, instintos, comandam as respostas viscerais às alterações ambientais.”, depois nos dizendo que alterações nos lobos frontais e temporais são associadas a comportamentos, como dificuldade em experimentar medo, que são pesquisadas como possíveis causas de violência.

Farrington (2002, p.32-33) ainda cita algumas das mesmas características psicológicas passíveis de causar violência, como problemas no lobo frontal já que: “Impulsividade, problemas de atenção, baixa inteligência e baixo desempenho

educacional são fatores que podem estar ligados às deficiências nas funções executivas do cérebro localizadas nos lobos frontais.”, além de hiperatividade, impulsividade, problemas de atenção, comportamentos de alto risco quando crianças, baixa inteligência e baixo nível escolar.

3.3 Tipos de violência

O termo violência atualmente engloba uma gama de atitudes que muitas vezes não estão diretamente relacionadas entre si, e assim ele pode ser subdividido em mais de uma forma. Tendo, segundo Pontel (2013, p. 3) três tipos, a violência física que afeta a integridade corporal, como em homicídios, violações, agressões, furtos; a violência econômica que fala sobre “desrespeito e apropriação alheia sem autorização ou de maneira agressiva” e a violência moral e simbólica como a dominação cultural, ofensa a moral à dignidade e desrespeito de direitos, mas também, de acordo com Dahlberg e Krug (2002, p. 6) se divide em três grupos, violências auto-infligidas (comportamento suicida e auto-abusos), violências interpessoais (familiar ou comunitária) e coletivas (que inclui violência econômica, política e social, sendo que esses incluem atos terroristas e guerras, entre outras formas).

No texto sobre violência de Toledo e Sabroza (2013) ainda ocorre a subdivisão em: i) violência criminal, considerando agressões às pessoas e seus bens, além de gangues, milícias, tráfico, entre outros; ii) violência institucional, sendo a que ocorre dentro de instituições e nega ou negligencia direitos, incluindo serviços públicos e privados de várias formas e até em relações de trabalho; iii) violência coletiva, que engloba discriminação, exclusão baseada em raça, classe social, religião ou outros atributos e que anule ou prejudique os direitos do indivíduo, e inclui ainda a violência social que mantém desigualdades sociais, de gênero, etárias e étnicas; iv) violência interpessoal, que é o uso de força ou poder contra o outro baseado em discriminação, raiva, vingança ou qualquer outra emoção ruim, produzindo danos morais, físicos e psicológicos, podendo atingir qualquer pessoa que tenha relação ou não com o autor da violência; v) violência auto-infligida, agrupando as tentativas e pensamentos de suicídio e automutilação; vi) violência cultural que atinge seu alvo com discriminações e preconceitos já aceitos pela sociedade por serem adotados diariamente, como a violência que atinge crianças e adolescentes, mulheres em relação conjugal, homossexuais, moradores de favela, entre outros. E, além disso, ainda há a separação dos tipos de violência por sua natureza, indicando quatro formas: 1) violência física, que produz lesões, ferimentos ou dores em outras pessoas, como por exemplo, castigo

corporal usado para educar crianças; 2) violência sexual, onde o agressor utiliza a vítima para obter excitação sexual por meio de violência física ou ameaça, podendo ser doméstico ou extra familiar, assim como sem ou com contato físico, pedofilia, exploração sexual comercial, pornografia, turismo sexual ou tráfico para exploração sexual; 3) violência psicológica, na qual agressões verbais ou gestuais que humilham e amedrontam a vítima, ou restringem sua liberdade, como por exemplo, ser humilhado ou submetido a situações constrangedoras; 4) negligência, abandono e privação de cuidados a alguém que necessita de cuidados, como a falta de cuidado a jovens ou idosos da família.

Podemos ver uma tentativa de separar a violência em grupos de ações semelhantes já que seu significado é tão amplo. De forma a facilitar o estudo e entendimento e também as tentativas de prevenção, tanto desses grupos e as formas que ela toma quanto da violência como um todo, pois muitas vezes esses tipos de violência ocorrem concomitantemente.

Após vermos que a violência é um fenômeno muito complexo, com múltiplas causas e que se mostra de formas variadas, agora falaremos então sobre os tipos de violência que as crianças sofrem dentro das instituições escolares e dentro das suas residências que podem ser percebidas pelos professores. Depois discutiremos algumas de suas conseqüências assim como as ações que os professores podem ter em relação a esses acontecimentos.

Obviamente os tipos de violência sofridos por qualquer camada da sociedade são extensos, e incluem vários ambientes quem venham a serem frequentados, diferentes tipos de agressores e diferentes graus. Aqui abordaremos apenas aqueles que ocorrem com os alunos dentro de casa ou da escola, visto que esses estão entre os principais locais que essas crianças frequentam e onde diversos tipos de violência influenciam no seu bem-estar. Serão ignorados locais que também são muito propícios a violência, como as ruas. A definição de violência intrafamiliar e doméstica pode ser a mesma ou não, dependendo do autor. Para simplificar o entendimento, aqui adotaremos o mesmo sentido para as duas, usando a definição de Sanchez e Minayo (2004), que dizem que é a violência que ocorre no lar, geralmente um meio de comunicação, têm as crianças como as maiores vítimas. Ocorre um silenciamento sobre esse tipo de violência, pois a família é considerada uma “instituição intocável” (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 10). Souza e Jorge (2004) dizem que as crianças são muitas vezes vítimas de violência desde o nascimento e que a violência intrafamiliar ocorre na intenção de moldar o

comportamento da criança. Muitas vezes é considerada uma forma de educar os filhos e relacionada ao afeto dos pais pelos filhos, sendo corriqueiro e passado de geração para geração. É comum que os pais também tenham sofrido esses abusos, e entendam isso como uma forma de educar (GABATZ et al. 2010). Para simplificar a compreensão, serão adotados aqui os termos violência, abuso e agressão como tendo o mesmo significado, mesmo que na literatura os significados sejam distintos.

3.3.1 Violência doméstica juvenil

Começando com a violência doméstica e familiar, esta, na maioria das vezes é protagonizada por familiares próximos. Minayo (2001, p. 92) afirma que “a violência contra a criança e o adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima.” E que esse tipo de violência é considerada geralmente, no imaginário popular, como instrumento de socialização. Os principais tipos de violência doméstica e citados nesse texto são física, sexual, psicológica e negligência.

3.3.1 a. Violência física

Ribeiro et al. (2007 p. 278) dizem que castigo físico é usado pelos pais para moldar comportamentos indesejáveis dos filhos, sendo uma prática antiga e ainda presente atualmente. Os autores conceituam violência física como “aquela praticada intencionalmente por pessoas que estão em relação de poder, as quais utilizando-se de força, de fato ou como ameaça, causam ou têm muita probabilidade de causar lesões, morte, dano psicológico e transtornos de desenvolvimento” (p. 278), sendo considerado uma forma de disciplinar as crianças e adolescentes.

A violência física ocorre pelo uso da força do processo disciplinador da criança, “desde um simples tapa até o espancamento fatal.”, sendo os agressores geralmente os pais ou responsáveis (ROSAS; CIONEK, 2006, p. 12). Souza e Jorge (2004, p. 25) afirmam que o abuso físico “é todo ato violento com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou por outras pessoas, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a criança ou adolescente”. Esse uso de força física vem da desigualdade adulto-criança (RISTUM, 2010). Ribeiro et al. (2007) citam como exemplos de violência física sacudir, espancar, bater.

3.3.1.b. Violência sexual

É a violência que envolve desigualdade de geração, pode envolver uso da força ou não, pode ter penetração ou não, pode não ter contato sexual, como o exibicionismo (RIBEIRO et al., 2007). São os atos praticados por adultos contra crianças ou adolescentes que o utiliza para ter satisfação sexual (ROSAS; CIONEK, 2006). Envolvendo héteros ou homossexuais, estando em “desenvolvimento psicossocial mais adiantado que o da criança ou do adolescente” (SOUZA; JORGE, 2004, p. 25).

3.3.1.c. Violência psicológica

É a interferência negativa na vida da criança causada pelo adulto, como vexames, comparações, chantagem (ROSAS; CIONEK, 2006). Consiste em rejeições, punições, desrespeito (SOUZA; JORGE, 2004) e ocorre menosprezo da vítima, ameaças de abandono, causando distúrbios de crescimento e desenvolvimento, causado pela visão dos pais de que os filhos são sua posse e podem ser educados a sua forma (SANCHEZ; MINAYO, 2004).

3.3.1.d. Negligência

É a forma mais comum de maus-tratos, tem uma definição difícil por englobar muitas situações, e se confunde com a pobreza que também causa falta de necessidades básicas à criança. É difícil também definir qual seria o mínimo necessário à criança a partir do qual a sua falta seria considerada negligência, especialmente na separação pobreza/negligência, sendo que essa ocorre independente da pobreza. Ela é responsabilidade da falta de vontade ou capacidade dos pais mesmo quando não ocorre deficiência econômica (RIBEIRO et al. 2007). Essa dificuldade na separação entre o que é pobreza e negligência vem do fato de que a condição econômica ruim da família pode ser a causa da dificuldade em manter as necessidades básicas da criança e não a falta de cuidado dos pais. (SANCHEZ; MINAYO, 2004)

É o descuido com a criança, a situação em que os pais a colocam em situação precária, causando doenças, falta de higiene etc (ROSAS; CIONEK, 2006). São as omissões dos responsáveis com crianças e adolescentes que deixam de prover o básico para o desenvolvimento da criança, incluindo o abandono, além de omissões com o cuidado básico, como falta de medicamento, falta de proteção e de atenção (SOUZA; JORGE, 2004), falta de roupas e cuidados escolares, desnutrição, falta de vacinas, acidentes domésticos frequentes (SANCHEZ; MINAYO, 2004).

3.3.2 Violência escolar

Na escola, que é um dos principais ambientes que as crianças frequentam, elas estão suscetíveis a alguns dos mesmos tipos de violência que ocorrem em casa e alguns tipos diferenciados, como o *bullying* e a violência institucional, focando aqui nas violências sofridas pelos alunos e não nas praticadas por eles contra a escola ou funcionários e professores. Charlot (2002) nos mostra uma divisão superior de tipos de violência que ocorrem na escola, como podemos ver no trecho abaixo:

É preciso, inicialmente, distinguir a violência na escola, a violência à escola e da escola. [...] A violência na escola é aquela que produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Pode-se, contudo, perguntar por que a escola, hoje, não está mais ao abrigo de violências que outrora se detinham nas portas da escola. [...] A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aquelas que representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...). [...] Esta distinção é necessária: se a escola é largamente (mas não totalmente) impotente face à violência na escola, ela dispõe (ainda) de margens de ação face à violência à escola e da escola. (CHARLOT, 2002, p. 432)

3.3.2.a. Violência física

Santos Jr (2014) cita em seu trabalho as agressões físicas que podem causar sequelas, como hematomas, e alterações no comportamento da vítima. Charlot (2002) também cita entre os principais tipos de violência a agressão, mas dizendo que esse é um número pequeno em comparação a outros atos, como falta de respeito, furto, chantagem e danificação de pertences. Assis e Deslandes (2004) dizem que são poucos os estudos no Brasil sobre a violência física na escola, mas que são suficientes para indicar ocorrência desse tipo de violência nas escolas. Ruotti, Alves e Cubas (2006)

dizem que em sua pesquisa foram encontrados casos de violência física que vão desde ações leves, como empurrões, até casos que podem ser enquadrados no Código Penal, alguns causando necessidade de atendimento médico. Sendo essas agressões leves comuns e até mesmo naturalizadas na escola como brincadeiras de amigos. Salles et al. (2008) também citam as agressões físicas como menos frequentes que as verbais mas ainda assim presentes no dia a dia dos alunos. Paixão et al. (2014) dizem que em seu estudo foram notados vários tipos de violência vivenciada pelos alunos, entre elas a física. Abramovay (2006) também fala sobre as agressões físicas, que mesmo sendo menos frequentes que as verbais causam mais impacto, podendo acontecer individualmente ou em grupos, incluindo socar, chutar, bater com objetos, empurrar etc., e podendo ser graves ou não. Mostra ainda que muitas vezes as agressões físicas ocorrem em tom de brincadeira entre amigos, mas pode levar a uma briga de verdade se uma das partes não entender como brincadeira. Pode ainda ocorrer agressão física de funcionários da escola (professores, diretores) para o aluno, como sacudidas, tapas, beliscões. Njaine e Mianyo (2003) em seu estudo mostram ainda que nas escolas públicas agressões físicas sejam mais comuns que nas particulares.

3.3.2.b. Violência verbal

Santos Jr (2014, p. 140) diz que violência verbal causa constrangimento na vítima “abalando a sua parte psicológica ou emocional”, ocorrendo em frequência nas escolas e podendo gerar rancor entre a vítima e o agressor. Assis e Deslandes (2006) citam humilhação e aterrorização, que são também formas de violência verbal. Corroborando o que mostraram Njaine e Minayo (2003) em sua pesquisa que mostrou que humilhação é o tipo de violência mais comum nas escolas. Ruotti et al. (2006) apontam que seus registros mostram que agressões verbais como o conflito mais comum. Charlot (2002) fala sobre pesquisas que mostram que os principais tipos de violência nas escolas são: falta de respeito e danificação de pertences. Salles (2008) diz que os tipos de violência assinalados por eles como estando mais presentes no dia-a-dia da escola são as ameaças e agressões verbais entre alunos e entre estes e os adultos. Abramovay (2006) diz que entre as agressões verbais estão os xingamentos, que vão desde a forma de se comunicar um com o outro quando os xingamentos são naturalizados até os xingamentos como forma de ofensa, baseados muitas vezes em características físicas ou pessoais do aluno em questão, que podem levar à agressão física. A agressão verbal pode ocorrer do professor em relação ao aluno, como desqualificação dos alunos, xingamentos, preconceito, desestimulação em relação ao

futuro dos alunos, além de poder ser cometida também por outros funcionários da escola além dos professores. Expressas de forma verbal estão também as ameaças, indo desde banais até ameaça de morte, que causam medo e insegurança, sendo estas comumente vistas como parte do convívio entre os jovens. Mas, além de ser uma violência verbal podem ainda ser prelúdio de uma agressão física. A autora afirma ainda que embora sejam vistas como agressões menores “elas têm um impacto sobre o sentimento de violência experimentado por alunos” (ABRAMOVAY, 2006, p. 121).

3.3.2.c. Violência psicológica

Santos Jr (2014, p. 142) diz que esse tipo é de difícil observação, “pois não deixa marcas físicas, mas sim graves mudanças emocionais, psicológicas e doenças.”, e incluem rejeição e indiferença. Stelko-Pereira e Williams (2010) falam que essas agressões psicológicas podem ser apelidos e fofocas.

3.3.2.d Violência estrutural

Salles et al. (2008) dizem que a violência estrutural se origina na injustiça social, e que “A nível local, isto se reflete na miséria, na exclusão, na corrupção, no desemprego, na concentração de renda, no poder, no autoritarismo e nas desigualdades presentes na sociedade brasileira.” (p. 3), Assis e Deslandes (2004, p. 44) afirmam que a violência estrutural está presente “especialmente nas escolas públicas que carecem de equipamentos e estruturas físicas adequadas ao aprendizado, bem como padecem de uma pedagogia adequada ao público que atendem.” Assis e Avinci (2004, p. 64) dizem que “Outra forma de violência – muito naturalizada – é a violência das precárias condições estruturais existentes nas escolas que, de forma simbólica, afeta a formação da identidade e auto-estima juvenil e sua capacidade de projeção do futuro.”.

3.3.2.e Violência sócio-econômica

Santos Jr (2014, p. 144) diz que esse tipo é muito comum nas escolas, e é observada quando uma criança com situação socioeconômica melhor tem “objetos pessoais mais caros e que chamem a atenção dos outros, gerando certo tipo de competição entre elas”, sendo que a criança em situação socioeconômica desfavorável é ridicularizada. Isto pode levar a outros tipos de violência como o *bullying*.

3.3.2.f. Violência institucional

Segundo Salles et al. (2008) a violência institucional começa quando se acredita que educação necessita vir acompanhada de disciplina e controle. Charlot (2002) diz

que a violência institucional é praticada na maneira como os alunos são tratados, como na atribuição de notas. Abramovay (2006, p. 72) diz que é a violência de a escola “não reconhecer o direito dos outros, não reconhecer o direito do aluno”. A escola tem uma visão reducionista dos alunos e tenta padronizá-los sem levar em conta suas particularidades, desconsiderando sua cultura, se mostrando, por exemplo, no “sistema de normas e regras muitas vezes autoritárias”, no projeto político pedagógico e nos “recursos didáticos disponíveis e a qualidade da educação” (p. 72).

3.3.2. g. *Bullying e Cyberbullying*

Santos Jr (2014) fala sobre o *bullying*, que é uma mistura de violência física, verbal e psicológica, sendo muito comum nas escolas, e *cyberbullying*, que usa a internet para constranger os outros, tendo efeitos tão graves quanto o *bullying*. Enquanto Assis e Deslandes (2004) mostram nas pesquisas sobre este tema que além das agressões físicas também ocorrem humilhação, aterrorização e violência sexual. Paixão et al. (2014) aponta que o *bullying* é um tipo de violência muito comum nas escolas, formado por atos agressivos intencionais e repetitivos, com intento de maltratar e humilhar outros alunos, em geral mais fracos, incluindo apelidos, humilhações e ameaças. Assis e Avanci (2004, p 53-54) dizem que o *bullying* se refere “ao comportamento de crianças e adolescentes prepotentes e agressivos, tais como colocar apelidos, ofender, humilhar, discriminar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, agredir, roubar e quebrar pertences” e que está relacionada principalmente à violência indireta, como apelidos, insultos e preconceito. Smith (2002) mostra que as agressões são principalmente físicas e verbais, podendo causar exclusão social ou agressões indiretas. São agressões físicas atos como chutar, bater, furtar, agressões verbais ou insultos e implicâncias, além de ameaças pela internet ou telefone, a exclusão social o ato de um aluno ser proibido por outro ou outros de participar de atividades com eles, e as agressões indiretas são os boatos maldosos e proibições de se interagir com a vítima. Bacos (2015, p. 237) diz que o *bullying* “tem como definição prática a violência aplicada de uma maneira constrangedora sob a vítima, sujeitando-a ao agressor.” Ocorre quando a vítima é submetida às violências físicas ou morais do agressor, estando geralmente em desvantagem física ou possuindo alguma característica que seja o motivo da humilhação. Stelko-Pereira e Williams (2010, p. 51) dizem que numa situação de *bullying* a “criança ou estudante é exposta repetidamente e ao longo do tempo a ações negativas, que podem tanto ser físicas, psicológicas ou sexuais, por parte de outra(s) criança(s) ou aluno(s), o qual tem intenção de realizar tais ações.”, geralmente numa

relação desigual de poder quaisquer que seja: física, social, sexo, inteligência, popularidade etc. Discorrem que no *cyberbullying* a violência vem por meio de tecnologias eletrônicas e que supera a relação tempo-espaço já que as agressões são feitas a qualquer horário e em qualquer lugar. Nesse caso a diferença de poder se deve a habilidade de utilizar tecnologia eletrônica.

3.4 Responsabilidades do professor

Qual a responsabilidade do professor com essas violências sofridas por alunos, sendo eles crianças ou adolescentes? Sabemos que a função da escola vai muito além de ensinar conteúdos, ela interfere na formação do cidadão. Sendo a escola um lugar obrigatório, onde as crianças passam parte do seu dia todos os dias, convivendo com outros alunos, professores e funcionários, os acontecimentos na escola influenciarão na vida dessa criança, da mesma forma que os acontecimentos em casa influenciam.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990 p.15) o artigo 18 diz que “É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”. Quem tem contato com crianças, como profissional de saúde, é responsável por comunicar suspeita de violência, por que os professores não seriam? Eles são. O Estatuto da Criança e do Adolescente existe, segundo ele mesmo, para manter diretrizes “voltadas para a proteção integral da infância e da juventude, o desenvolvimento sadio e harmonioso dos milhões de brasileiros.” (p. 9). Defende que nenhuma criança deve sofrer de nenhuma forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Diz ainda no capítulo II que toda criança e adolescente tem direito a liberdade, respeito e dignidade. E, portanto ele obriga a comunicação dessas suspeitas de violência, ainda que muitos professores desconheçam ou ignorem isso. O ECA (BRASIL, 1990) afirma que:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (ECA, BRASIL, 1990, Cap. II, artigo 245)

Os professores, estando entre os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes devem então prestar atenção aos sinais das vítimas, pois essas muitas vezes não dirão com palavras o que está acontecendo, mas com suas ações e comportamentos, sendo exemplos disso a desconfiança de adultos. Os professores devem ficar alerta às mudanças de humor frequentes, comportamento muito agressivo ou muito submisso, medo de uma pessoa específica, fuga de casa, gravidez precoce, mau desempenho escolar, entre outros. É muito importante confiar na palavra da criança quando esta denunciar a violência (ROSAS; CIONEK 2006).

Paixão (2014) aponta que, por crianças e adolescentes serem um grupo vulnerável à violência, dependem da proteção dos adultos. Entretanto, frequentemente os profissionais não estão preparados para isso (RISTUM, 2010). Com a violência intrafamiliar entra o problema da privacidade do núcleo familiar que dificulta tanto a exposição dessa violência quanto as denúncias feitas por outros. Contudo, mesmo sendo a privacidade um direito, não pode impedir a denúncia para que autoridades competentes cheguem a essa criança e possam ajudá-la. (SANTOS; FERRIANI, 2007). Ristum (2010) diz que muitas vezes os professores também aceitam o uso da agressão física como uma forma dos pais educarem, porém diz também que a criança pode criar ligações com um professor, que com amor e aceitação pode ajudar essa criança a formar sua autoestima. Professores devem estar atentos a mudanças de comportamento que possam indicar formas de agressão (SANTOS JR, 2014). A escola é um espaço onde pode ocorrer facilmente a detecção de abuso uma vez que os professores podem ser os primeiros a verem os sintomas físicos e emocionais por estarem mais próximo as crianças (BASTOS; ALCANTARA, 2004). Santos e Ferriani (2007) dizem que a omissão do poder público contribui para a ocorrência de violência, quando esse não mantém a qualidade de vida das populações menos favorecidas, e que a comunidade onde a criança vive é responsável por garantir que seus direitos sejam respeitados. Cita que uma das violências que afetam as crianças, a negligência, precisa ser avaliada se realmente é negligência (falta de cuidado dos pais) ou se é falta de condições de manter as necessidades da criança, quando existe a falta de políticas voltadas aos cuidados das crianças e adolescentes.

Ristum (2010) em seu artigo sobre violência doméstica aborda amplamente esse tema, e diz que a tentativa de aumentar essas denúncias no Brasil ainda é recente, com ações para esclarecimento e orientação de profissionais, mas focando nas instituições de saúde e não nas escolas. As escolas são instituições onde se tem contato diário e

prolongado com a criança e a identificação de abusos podem ser notadas, mas os profissionais da escola têm pouca informação sobre a violência e seus sintomas e não conseguem identificar, além de desconhecer a obrigatoriedade pelo ECA de comunicação de suspeita de violência. Pode ainda ser o professor a única fonte de apoio da criança quando essa não consegue tal apoio na entidade familiar para revelar a violência. Mas ainda se tem a idéia de que a escola não deve interferir na vida privada da família, o que contraria a obrigatoriedade do ECA de denúncia e dificulta o enfrentamento a violência doméstica. Ristum (2010) ainda indica que a maioria das ações dos professores se resume a conversa com os responsáveis, e menos frequentemente com a vítima, com a direção, e ameaça de denunciar o agressor. Ou seja, há uma tentativa de ação da escola, porém equivocada. Ressaltando que a escola não precisa investigar a suspeita, isso cabe ao órgão competente após a denúncia.

Ferreira (2010) fala que alguns dos obstáculos a essas denúncias são a falta de formação adequada para reconhecer os indícios de violência, o não reconhecimento da escola como agente interruptor do ciclo da violência, medo de consequências adversas a denúncias, decisão de manter a privacidade do núcleo familiar, pouco conhecimento do ECA ou pouco interesse em conhecer. Indicando que essa notificação precisa ser vista como proteção a vítima.

Mas e a violência nas escolas? Parte da violência citada aqui é responsabilidade da escola resolver, como a violência verbal, física, psicológica e institucional. Porém as violências socioeconômica e estrutural são parte de um problema bem maior, que envolve toda sociedade em questão e não somente a escola. Cabe então ao professor juntamente com a escola tentar evitar os casos de violência que são possíveis de evitar, mas ressaltando que muitas vezes as causas vão além da convivência dos alunos nas escolas. Cabe também as professores não utilizarem de violência contra os alunos.

As tentativas de resolver o problema acabam usando procedimentos disciplinares de autoridade exageradas, que levam ao autoritarismo que restringe a autonomia do aluno, não permitindo que esse construa um pensamento autônomo e crítico. As escolas tem diferentes formas de impor disciplina, considerando muitas vezes qualquer contestação como desordem e desrespeito, enquanto qualquer limite imposto por ela é visto como cerceadora da espontaneidade dos alunos (SALLES, 2008). Assis e Deslandes (2004) dizem que a escola deve interferir nas violências entre os alunos ensinando que o diálogo deve ser usado para resolver os conflitos, e que isso vem

acontecendo e a escola vem começando a atuar para promoção do desenvolvimento humano de crianças e adolescentes.

Nem todo ato considerado violência na escola realmente é violência, então Charlot (2002) mostra a separação feita por pesquisadores entre violência, transgressão e incivilidade:

O termo violência, pensam eles, deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de droga na escola, insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absenteísmo, não-realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc. Enfim, a incivilidade não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano - e com frequência repetido - ao direito de cada um (professor, funcionários, alunos) ver respeitada sua pessoa. (CHARLOT, 2002, P.437)

O autor argumenta que essa distinção é boa pra não colocar qualquer ato em uma única categoria e por permitir diferentes formas de lidar com os problemas diferentes, apesar de indicar que essa distinção está ultrapassada porque os três se misturam muito. Não se pretende aqui indicar uma solução para os conflitos na escola, mas sim mostrar que existem alternativas a forma utilizada atualmente.

De Paula e Salles (2010, p. 226) falam sobre propostas para relações interpessoais no meio escolar, com objetivo de incentivar relações democráticas. Comentando que o Programa Ética e Cidadania brasileiro diz que “se não é possível postular uma ausência de conflitos em instituições que são compartilhadas por seres humanos é, no entanto, possível lidar com os conflitos de forma democrática.”. Assim a relação das pessoas deve ser regulada pelo diálogo, indicando formação de assembleias escolares, grêmios estudantis, estratégias de resolução e de mediação de conflitos, e a proximidade entre escola, família e comunidade. O programa Conviver es Vivir implantado na Espanha (DE PAULA; SALLES, 2010, p. 226) diz que a escola é o local para desenvolver prevenção mas também onde a violência ocorre mais frequentemente, assim o professor será agente facilitador da tolerância entre os jovens, prevenindo a violência e educando para a paz, incluindo na vivência dos jovens grupos de apoio, aumento da autoestima e desenvolvimento de estratégias para enfrentar conflitos.

Pigatto (2010) diz que em frente a situações de conflito o professor precisa manter a calma, ficar atento a como conviver com os alunos, manter uma relação amigável de respeito, confiança e diálogo. É necessário a participação na equipe escolar como porta voz dos alunos, discutindo e apontando sugestões sobre a organização escolar. Sendo assim é preciso a atuação do Estado e da instituição para dar condições do professor fazê-lo. Indica que a fala dos próprios professores é a favor de diálogo, afetividade e regras, além de envolver a família e a comunidade.

Njaine e Minayo (2003) dizem que os próprios alunos de sua pesquisa indicam possibilidades para lidar com a violência, como a expulsão de alunos problemáticos, repressão sobre armas, drogas e bebidas alcoólicas, além de refletir sobre falta de policiamento e revista na entrada, enquanto os professores falam sobre discutir com os alunos sobre a exposição à violência, buscando formas de prevenção, mas sem se julgar preparados para isso.

Avanci, Pesce e Ferreira (2010) dizem que campanhas educativas tratando do tema violência entre colegas de escola e familiares podem ser exemplos de prevenção. E que os professores deveriam ser resilientes em sua vida pessoa e profissional, reconhecendo a necessidade de interação com os alunos, se responsabilizando por mudanças.

Ruotti (2006) diz que, ao mesmo tempo em que parece difícil prevenir alguns delitos que atingem toda a sociedade, está também a alcance da escola atuar nas violências causadas pela relação de alunos e funcionários. Complementa que os próprios professores dizem não saber como agir frente a violência, mas que existem alguns princípios que facilitam isso, com a participação de todos os membros da comunidade escolar, desenvolvimento de atividades que prezem criatividade e expressão de alunos professores e busca de respeito mútuo. Diz que os programas de prevenção a violência escolar que vem sendo desenvolvidos buscam ou focar no individuo para aprender possíveis fatores de risco para a violência facilitando assim a proteção ou focar em configurações sociais e institucionais causadoras da violência. Argumenta que no Brasil ainda ocorre a culpabilização do aluno da família pela violência, enquanto a instituição de ensino não é avaliada dessa forma. E apóia a adoção de uma abordagem que resolva democraticamente os conflitos, melhorando a convivência escolar. Ele mostra iniciativas propostas por órgãos governamentais ou não governamentais em países da América latina, como grêmios escolares para maior participação dos alunos, estimulação do desenvolvimento pessoal e trabalho em equipe, alteração nos currículos de formação de

professores com matérias focadas em violência, elaboração de manuais voltados professores para o tratamento da violência, atividades de sensibilização das autoridades educativas sobre o tema, programas destinados à formação de policiais em direitos humanos, ética e cidadania, entre outros.

Segundo Santos Jr (2014, p. 145) uma das formas de tentar resolver o problema é “a escola agir em conjunto com a comunidade, agentes sociais e alunos, buscando sempre compreender os problemas que as rodeiam e buscar soluções eficazes, pois se não erradicar, ao menos consegue minimizar significativamente este problema”.

4. Considerações finais

Podemos ver então que a escola e a convivência dos alunos com os professores podem ser ótimas ferramentas para a o auxílio de um problema tão importante na sociedade, a violência que nossas crianças sofrem e aprendem a reproduzir. Temos a necessidade de notificações em casos de suspeita que o jovem esteja sofrendo algum tipo de violência em casa, o que além de ajudar no momento em que a denúncia, investigação e resolução do problema acontecem, pode também tirar esse jovem do ciclo de violência, onde ele aprenderia a resolver seus conflitos da mesma forma, sem compreender a necessidade do diálogo. Assim ele tem a chance de aprender outras formas de resolução de problemas, não continuando a propagação da violência como forma de resposta a conflitos. Além de salvá-lo de outros tipos de violência causam muitos danos ao psicológico e emocional dessa criança, como a violência sexual perpetrada por seus próprios familiares que deviam lhe proteger ou a violência psicológica, que apesar de ser umas das mais difíceis de reconhecer é uma das que mais deixa marcas no interior da vítima, podendo ainda resgatá-lo de situações onde as condições de vida precárias são causadas por falta de interesse dos pais em cuidar desses jovens, como acontece na negligência, que poderia até levar essa criança a morte. Assim é necessário ainda muito trabalho na intenção de conscientizar os professores de sua responsabilidade para com essas crianças mesmo quando os problemas delas vêm de fora da escola e sempre que possível, principalmente nos casos mais fáceis de se reconhecer porque deixa marcas no corpo, como a violência física, tomar uma atitude em prol dessa criança, atitude essa que é somente a notificação da suspeita aos órgãos competentes. Uma atitude tão simples e que pode salvar uma criança, mas que ainda não acontece por parte de muitos professores tanto por desinteresse quanto por não conhecer as leis que os obrigam a isso.

E obviamente, o caminho para uma sociedade menos violenta, na qual conflitos possam ser resolvidos na base do diálogo e compreensão, começa na escola. Onde os professores têm a chance de ensinar seus alunos a se comunicar. Infelizmente o problema é maior do que simplesmente a vontade dos professores (ou a falta dela). É necessária uma maior interação entre o Estado, os pais e a escola, além de dentro da escola uma maior interação entre os alunos e os funcionários - sejam esses professores, diretores. Vimos nas propostas de prevenção a violência que o mais indicado é focar na sensibilização e informação sobre a violência, em melhorias no convívio entre os membros da escola e na interação de todos na elaboração de soluções para os conflitos, escutando inclusive os alunos. Os alunos precisam também ter voz, em vez de serem simplesmente subjugados às vontades da escola. É necessário ainda que os funcionários da escola deixem de reproduzir violência contra os alunos, desrespeitando-os e piorando a relação entre eles. Existe a necessidade de interação, de exposição da violência, de conversa, ensino do diálogo e compreensão com esses alunos, de fazê-los entender que seus comportamentos - como o *bullying* - estão errados, e causando sofrimento a alguém, em vez de simplesmente puni-lo sem explicar.

Parece ser possível diminuir os casos de violência contra os jovens, incluindo os praticados por outros jovens, desde que haja real empenho pra isso e de que todos entendam qual o seu papel nessa mudança, desde o Estado, a direção das escolas, os professores, e finalmente os alunos, que serão realmente o foco dessa mudança, mas precisam ser guiados a isso. Vale a pena explorar mais essa questão, buscando formas de se atingir uma sociedade menos violenta através da escola e dos cuidados que essa tem - e deveria ter - com os jovens.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas**: entre violências. UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência ea Cultura, 2006.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.. Abuso psicológico e desenvolvimento infantil. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. cap. 5, p. 59-67.

ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F.. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. cap. 4, p. 47-57

AVANCI, J. Q.; PESCE, R. P.; FERREIRA, A. L.. Reflexões sobre Promoção da Saúde e Prevenção da Violência na Escola. In: DE ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010. cap. 7, p. 177-201.

BACOS, Raissa Maia. ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA E SUAS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS. In: **Anais** do Congresso de Pesquisa e Extensão e da Semana de Ciências Sociais da UEMG/Barbacena. 2015.

BALLONE, G. J.; MOURA, E. C. Biologia da agressão. Artigos Psiquweb, 2008.

BASTOS, A. C. D. S.; ALCÂNTARA, M. A. R.. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes sujeitos à violência intrafamiliar. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. cap.8, p. 87-103.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 2, p. 204-213, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n2/06.pdf>>.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)] Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 12. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CASPI, Avshalom et al. Role of genotype in the cycle of violence in maltreated children. *Science*, v. 297, n. 5582, p. 851-854, 2002.

CHARLOT, Bernard et al. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G.. Violência - um problema global de saúde pública In: KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. cap. 1, p. 1-22.

DE PAULA, J. M. A., & SALLES, L. M. F. (2010). A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, 2.

FARRINGTON, D. P. FATORES DE RISCO PARA A VIOLÊNCIA JUVENIL. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília (DF): Unesco, 2002.

FERREIRA, A. L.. A Escola e a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes. In: DE ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010. cap.8, p. 203-234.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Rev Gaúcha Enferm [Internet]**, v. 31, n. 4, p. 670-677, 2010.

GARRIDO, Adriana Cristina Oliver. Fatores sociais de criminalidade. **Minas Gerais: Atenas**, 2006.

MERCY, J. A., BUTCHART ,A., FARRINGTON, D. P., CERDÁ, M.. Violência juvenil In: KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. cap. 1, p. 1-22.

MICZEK, Klaus A. et al. Neurobiology of escalated aggression and violence. *The journal of neuroscience*, v. 27, n. 44, p. 11803-11806, 2007.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. bras. Saúde matern. infant*, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001.

_____. Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. Parte 1, p. 13-16

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. **Impactos da violência na saúde**, v. 2, p. 21-42, 2009. Disponível

em

http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_r_ede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf>.

NELSON, Randy J.; TRAINOR, Brian C. Neural mechanisms of aggression. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 8, n. 7, p. 536-546, 2007.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, p. 119-134, 2003.

PAIXÃO, G. P. et al. Violência escolar: percepções de adolescentes. **Revista Cuidarte**, v. 5, n. 2, p. 717-22, 2014. Disponível em <<http://www.revistacuidarte.org/index.php/cuidarte/article/view/83/186>>

PIGATTO, Naime. A docência e a violência estudantil no contexto atual. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 67, p. 303-324, 2010.

PONTEL, Marciano Dionei. Práticas de violência no Brasil: a produção de conhecimento em psicologia na universidade. **Psicologia.pt**. 2013. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0826.pdf>>.

QUEIRÓS, Cristina. A importância das abordagens biológicas no estudo do crime. **Revista do Ministério Público**, v. 69, p. 37-53, 1997.

RIBEIRO, E. M. et al. Castigo físico adotado por pais acompanhantes no disciplinamento de crianças e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 277-283, 2007

RISTUM, M.. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a19.pdf>>.

ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, v. 2, n. 1, p. 10-15, 2006.

RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. O. **Violência na escola**: um guia para pais e professores. – São Paulo: Andhep (Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação). Imprensa Oficial do Estado de São Paulo 2006. Disponível em

<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/violencia_escola.pdf>.

SALLES, Leila Maria Ferreira, et al. "A violência no âmbito escolar." *Revista LEVS*, Revista do Laboratório de Violência e Segurança. v1, SP: UNESP, 2008. p. 34-48. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/761/663>>.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C de S.. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. cap. 3, p.29-38.

SANTOS, Lana Ermelina da Silva dos; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. *Rev. bras. enferm*, v. 60, n. 5, p. 524-529, 2007.

SANTOS JR, Luiz Carlos. FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. *Nucleus*, v. 11, n. 2, p. 139-146, 2014.

SMITH, P. K.. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In: DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (Orgs.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 187-205.

SOUZA. E. R. D. S.; JORGE, M. H. P. M.. Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade. In: LIMA, Cláudia Araújo de. **Violência faz mal à saúde**. Série B. Textos básicos de saúde. Brasil. Ministério da Saúde, 2004. Cap. 2, p. 23-28.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010.

TOLEDO, Luciano Medeiros de; SABROZA, Paulo Chagastelles. **Violência: orientações para profissionais da atenção básica de saúde**. 2013.